

BRAGANÇA

NA ÉPOCA CONTEMPORÂNEA (1820-2012)

FERNANDO DE SOUSA (COORDENAÇÃO)

ADÉRITO BRANCO ANTÔNIO JORGE NUNES BRUNO RODRIGUES CARLOS AGUIAR CÁTIA FERREIRA CÉSAR URBINO DIANA VILA
POUCA DIOGO FERREIRA FERNANDO DE SOUSA FRANCISCO CEPEDA HENRIQUE FERREIRA JOANA MARTINS JOAQUIM JAIME B.
FERREIRA-ALVES JOSÉ MONTEIRO LUÍS ALEXANDRE RODRIGUES MARIA DA CONCEIÇÃO SALGADO MARIA DA GRAÇA MARTINS
MARIA JOÃO GUARDADO MOREIRA NATÁLIA MARINHO FERREIRA-ALVES NUNO MÁTIAS PAULA BARROS PAULO AMORIM
RICARDO ROCHA ROSA CADIME SÓNIA NEVES VIRGINIA MARTÍN JIMÉNEZ

VOLUME 1



FICHA TÉCNICA

Título: Bragança na Época Contemporânea (1820-2012)

Edição: Câmara Municipal de Bragança

Investigação: CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade

Coordenação: Fernando de Sousa

Autores: Adérito Branco, António Jorge Nunes, Bruno Rodrigues, Carlos Aguiar, Cátia Ferreira, César Urbino, Diana Vila Pouca, Diogo Ferreira, Fernando de Sousa, Francisco Cepeda, Henrique Ferreira, Joana Martins, Joaquim Jaime B. Ferreira-Alves, José Monteiro, Luís Alexandre Rodrigues, Maria da Conceição Salgado, Maria da Graça Martins, Maria João Guardado Moreira, Natália Marinho Ferreira-Alves, Nuno Matias, Paula Barros, Paulo Amorim, Ricardo Rocha, Rosa Cadime, Sónia Neves, Virginia Martín Jiménez

Revisão: Ricardo Rocha

Tradução: Ricardo Rocha, Virginia Martín Jiménez

Design Gráfico: José Miguel S. Reis

Impressão e Acabamento: Bringráfica, Indústrias Gráficas, Lda, Bragança

ISBN: 978-989-8344-25-0

Depósito legal: 362442/13

1.ª Edição: julho, 2013

Câmara Municipal de Bragança

Forte S. João de Deus

5300-263 Bragança

Tel.: 273 304 200

Fax: 273 304 299

Url: www.cm-braganca.pt

CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade

Edifício CEPESE

Rua do Campo Alegre, 1021

4169-004 Porto

Tel.: 226 073 770

Fax: 226 073 778

E-mail: cepese@cepese.pt

Url: www.cepese.pt

O CEPESE é co-financiado por:



© Todos os direitos de autor reservados ao CEPESE

Créditos fotográficos

Câmara Municipal de Bragança, exceto: Biblioteca Nacional (310, 353, 358, 363 [fundo], 369, 390, 556, 561, 569); *Boletim Amigos de Bragança* (157, 207, 223, 225, 227, 231, 244, 263, 273, 286, 289, 290, 292, 311, 382, 385, 404, 408, 412, 433, 438, 517, 534, 594, 601, 604, 617, 618, 629, 630, 640, 671); Espólio Fotográfico Português (sobrecapa, 8, 20, 34, 52, 182, 316 [topo], 322, 850); Fundação «Os nossos Livros» (42, 85, 111, 112, 192, 246, 250, 253, 254, 259, 267, 283, 284, 288, 307, 328, 329, 330, 341, 402, 574, 636, 649 [topo], 652, 653, 654, 657, 668, 673, 680, 687, 689, 719, 790, 793); *Ilustração Trasmontana* (66, 598, 599); Seminário de São José (397); Carlos Aguiar (17, 22, 23, 24, 27, 28, 30); Diana Vila Pouca (177, 308, 363 [topo], 378, 392, 406, 415, 431, 434, 439, 440, 626, 638, 639, 650, 651, 681, 688, 725, 741, 744, 745, 747 [dir.], 757, 769, 770, 771, 772, 844, 860); Fernando Galhano (82, 83, 90, 98, 186, 187, 191, 300, 684, 801); Henrique Ferreira (414, 416 [topo], 419, 420, 422, 429); Joaquim Jaime B. Ferreira-Alves (360, 367, 743, 747 [esq.], 763, 766, 773, 775, 776, 777, 782); José Miguel Reis (215, 245, 409, 416 [fundo], 441, 633, 706, 716, 749, 750, 755, 756, 760, 762, 765, 767, 768, 779, 784, 831); Luís Alexandre Rodrigues (202, 301, 313, 410, 430, 646, 649 [fundo], 665, 691, 703, 723, 746, 761, 764); Margarida Mariz (238, 631); Maria Amélia Melo (742); Natália Marinho Ferreira-Alves (778); Ricardo Rocha (498, 822)

ÍNDICE

VOLUME 1

Introdução	9
1. A paisagem rural de Bragança (séculos XIX e XX)	15
2. O Município de Bragança. Evolução administrativa e organização do poder municipal (1820-2012)	33
3. As estruturas e comportamentos demográficos de Bragança (1820-2012)	53
4. As estruturas económicas de Bragança e a sua lenta transformação (1820-2012)	71
5. Sociedade e quotidianos da Bragança Contemporânea.....	183
6. O clero e a Igreja em Bragança (1820-2012).....	309
7. A presença militar em Bragança (1820-2012).....	323
8. Bragança e os Braganças: elementos para a história do cerimonial público em Bragança (1816-1910)	349
9. Educação e cultura em Bragança (1820-2012).....	379
Notas	446
<i>Índice Geral</i>	459

VOLUME 2

10. A imprensa periódica de Bragança (1820-2012)	471
11. Acontecimentos políticos e elites políticas na Bragança Contemporânea.....	557
12. As transformações do espaço urbano da Bragança Contemporânea.....	635
13. As relações de Bragança com Espanha (1820-2012)	785
14. Os desafios de Bragança na transição e início de milénio – ruturas e continuidades.....	823
Conclusão	851
Notas	854
Cronologia	861
Fontes e Bibliografia.....	905
<i>Abstract</i>	920
<i>Resumen</i>	922
<i>Notas sobre os Autores</i>	924
<i>Índice dos Quadros, Gráficos e Figuras</i>	930
<i>Índice Analítico</i>	934
<i>Índice Geral</i>	947

1. A PAISAGEM RURAL DE BRAGANÇA (SÉCULOS XIX E XX)

Não se planta e se, por exceção, uma ou outra árvore, aqui ou além, surge – rara avis –, é quase certo que a não deixarão medrar a foice impiedosa do lavrador e o dente roaz do gado caprino.

A inconsciência, a ignorância e a selvageria, de mãos dadas, trazem como resultante este deplorável estado de desarborização em que o Concelho se encontra.

(O Trasmontano. Suplemento da Ilustração Trasmontana, fevereiro de 1910)

A primeira descrição objetiva da paisagem trasmontana foi publicada pelo polímata saxão J. Link, em 1805, no seu *Voyage en Portugal, par le Conte de Hoffmansegg*. A profunda desarborização do território, que tanto contrastava com a paisagem vegetal da Saxónia natal foi, talvez, a característica do coberto vegetal nordestino que mais surpreendeu o conde Hoffmansegg e o seu companheiro de viagem, J. Link. Conta este último que, nos arredores de Vila Flor, “o País retoma o seu aspeto normal. Campos cultivados num território desprovido de árvores e afloramentos rochosos desagradáveis à vista”. No Mogadouro, considera que “o País é uniforme e apresenta apenas campos cultivados e rochas nuas”. De Vimioso a Bragança regista “cinco léguas por um País árido e monótono à exceção de algumas pastagens ornadas de árvores”; e que Bragança “está situada numa planície desprovida de árvores e rodeada de pastagens e campos cultivados”. Finalmente, anota que a aldeia de Montesinho se situa “na cadeia de montanhas mais árida do Reino; não se vê uma única árvore ou mesmo um único arbusto: os urzais [rasteiros] cobrem-na na totalidade”. Ainda assim, Link refere que, pontualmente, despontava algum maciço arbóreo: Vinhais “está situada numa garganta fértil, rodeada de montanhas em parte áridas e em parte cobertas de bosquetes de carvalhos”; e a aldeia de França encontra-se “situada num local agradável, no sopé de uma colina coberta de bosquetes de carvalhos”.

Duas décadas antes, já o bragançano José António de Sá confirmava a existência de extensas áreas de baldios e maninhos desarborizados por toda a extensa comarca de Moncorvo, e informava que as cidades e vilas do Alto Trás-os-Montes “experimentam faltas notáveis de carvão e lenhas”. Este membro correspondente da Real Academia das Ciências de Lisboa antecipou-se, certamente por esta razão, aos agrónomos e silvicultores da segunda metade do século XIX quando, com veemência, defendeu a plantação de árvores de modo de garantir o abastecimento de lenhas e a proteção contra erosão².

António Xavier Pereira Coutinho, o autor da mais importante *Flora de Portugal* do século XIX, a terceira por ordem cronológica, ainda na condição de agrónomo do Distrito de Bragança, nas primeiras observações por si publicadas sobre a agricultura trasmontana, escreve: “No entanto a desarborização é quase completa no Distrito [de Bragança]; o arvoredado forma aqui a exceção, nunca a regra geral. É esta falta que dá principalmente o tom de aridez que reveste quase todas as suas paisagens; por esses descampados enormes, que se estendem léguas e léguas rodeando povoações dispersas, colocadas em meio das suas pequenas faixas de cultura, encontra-se apenas de quando em quando algum mato rasteiro, algum carvalho, ou um pequeno grupo de castanheiros, e o resto aparece cortado de despenhadeiros, donde a terra se despegou, deixando só a descoberto a rocha subjacente”³.

A escassez de árvores, o aspeto árido da paisagem bragançana, e, genericamente, de toda a paisagem trasmontana, relatado para o século XIX, início do século XX, levantam um estimulante conjunto de questões:

Que paisagens precederam a paisagem contemporânea?

Se a escassez de árvores descrita pelos autores contemporâneos não é natural, quais foram os “promotores da sua alteração”?

Se a árvore indígena e as suas comunidades – os bosques⁵ – são um elemento reiterado na paisagem atual, o que mudou?

Como interagem os componentes da paisagem novecentista e os componentes da paisagem do final do século XX, no âmbito dos sistemas de agricultura regionais?

1.1. UM MODELO INTERPRETATIVO DA DINÂMICA DA PAISAGEM DE BRAGANÇA

O estudo da dinâmica da paisagem requer a definição de um modelo conceptual de referência, a encontrar na informação paleoecológica, em particular nos diagramas paleopalínológicos. Não cabe neste texto uma descrição diacrónica exaustiva da dinâmica da paisagem no Holocénico. Para assistir o argumentário adiante desenvolvido basta explanar, de forma sucinta, a estrutura da paisagem pristina e identificar alguns momentos chave da sua evolução⁶.

Fazendo fé na informação paleopalínológica recentemente reunida para o noroeste peninsular por José Carrión-García e colaboradores, há cerca de 8 000-8 500 anos, a “Terra Fria” bragançana – considerando-se aqui Terra Fria como os territórios *grosso modo* situados acima dos 700 m de altitude⁷ – era coberta por um espesso coberto florestal. Estava concluída a colonização das estepes frias pleistocénicas iniciada há cerca de 11 500 anos, no início do Holocénico. Interrompiam aqui e ali o dossel arbóreo algum afloramento rochoso, deslizamentos de terras colonizados por vegetação subserial⁸, um rio torrencial a serpentear por entre depósitos aluvionares não arborizados e prados dependentes do pastoreio de grandes herbívoros selvagens⁹.

A hipótese de uma paisagem vegetal pristina dominada por bosques é, desde há longo tempo, defendida entre os geógrafos e botânicos portugueses. Em 1932, Taborda de Morais mencionava que o “termo monte serve em Trás-os-Montes para designar os tratos de terreno cobertos de uma vegetação arbustiva... o monte corresponde aos diversos estádios de degradação da floresta primitiva”. Muito antes, em 1882, Pereira Coutinho abriu a dissertação por si apresentada ao Conselho Escolar do Instituto Geral de Agricultura para provimento da cadeira de Silvicultura e Economia Florestal com uma conhecida e lapidar citação de François-René de Chateaubriand: “As florestas precedem os Homens e os desertos sucedem-se a eles”.

É hoje consensual que a regressão dramática do coberto florestal, expressa nos diagramas polínicos provenientes do noroeste ibérico a partir do Holocénico Médio, tem uma causa antrópica. No mais importante diagrama polínico realizado nas montanhas do norte e centro de Portugal continental, recolhido no Charco da Candieira (Serra da Estrela) por van der Knaap & van Leeuwen (1997), o máximo florestal ocorre há cerca de 8 500 anos. As descidas mais intensas do pólen arbóreo, e a concomitante expansão da vegetação arbustiva dominada por ericáceas, ocorrem há cerca de 8 500 anos, 7 200 anos, 5 500 anos, 3 200 anos e 800 anos.

É tentador relacionar estes eventos com períodos culturais precisos e, implicitamente, com inovações tecnológicas no uso do território. A agricultura atinge o território continental português há 7 500-7 250 anos e entre 7 000-6 750 anos espalhava-se já pelo vale do Mondego. Assinaláveis progressos tecnológicos caracterizam o período Megalítico, há 6 000 anos, e a Idade do Bronze Inicial, há cerca de 4 000 anos. João Tereso coloca no Bronze Inicial o desenvolvimento de povoados sedentários no norte de Portugal, certamente dependentes da integração de uma componente animal na gestão da fertilidade do solo. Depois de uma evidente regeneração do coberto arbóreo na Alta Idade Média, a fundação da nacionalidade despoleta um ciclo imparável de desarborização, associado a uma expansão da agricultura, testemunhada pelos pólenes de cereais¹⁰. Paulatinamente, a paisagem primitiva, natural, deu lugar a uma paisagem seminatural¹¹ e por fim a uma paisagem cultural, que pelo determinante agrícola convém designar por paisagem agrária. Este processo ficou provavelmente concluído no dealbar da Idade Moderna¹².

1.2. AS CAUSAS DA DESARBORIZAÇÃO DE BRAGANÇA

Na bibliografia da história ambiental e da agricultura, os promotores de alteração do coberto florestal primitivo que determinaram a estrutura da paisagem rural contemporânea raramente são contrapostos, e a sua importância relativa clarificada. A regressão do coberto arbóreo foi correlacionado com a produção de metais, a construção naval, a pastorícia (sendo a criação animal um objetivo *per se*), o consumo de lenha para fins diversos e, finalmente, a necessidade de espaço para a agricultura. Esta importante questão foi recentemente abordada por Aguiar & Azevedo, com recurso a um modelo numérico simples, integrando coeficientes técnicos relativos à dimensão da população, dieta alimentar (consumo de pão), gestão da fertilidade das culturas cerealíferas e produtividade das terras de cereal, lameiros e pastagens pobres¹³. O modelo foi desenvolvido para a aldeia de Zedes, no Concelho de Carrazeda de Ansiães, com base em informação agronómica e socioeconómica referente à década de 1920. Esta aldeia, nesta janela concreta de tempo, foi tomada como representativa do metabolismo social e das características agroecológicas e tecnológicas dos sistemas de agricultura das sociedades orgânicas tradicionais da Terra Fria trasmontana, isto é, dos sistemas de agricultura pré-industriais da montanha trasmontana, imediatamente antes da brusca expansão das culturas cerealíferas às terras marginais (de monte) ocorrida no final da década de 1920, e da generalização do uso das descobertas e invenções realizadas pela ciência agronómica do século XIX.

De acordo com os supra referidos autores, a floresta primitiva foi derrubada porque ocultava no lenho, ou no solo, algo que a agricultura sempre necessitou: nutrientes (sobretudo, azoto e fósforo minerais). Embora na complexa cadeia causal da desarborização seja a causa maior, a agricultura foi, sobretudo, um promotor indireto da domesticação da paisagem pristina. Mais do que o espaço físico (solo agrícola), a agricultura orgânica tradicional carecia de vastas áreas de pasto no monte, a fonte primária dos nutrientes que alimentavam as exigentes plantas agrícolas cultivadas em redor dos povoados. Um hectare de cereal era, em média, fertilizado com os estrumes produzidos pelo pastoreio de 3,3 hectares de monte. O *tandem* fogo-pastorícia foi o instrumento da mobilização dos nutrientes em direção ao espaço agrícola, atuando como causa direta do retrocesso da floresta¹⁴.



Lameiro no
Concelho de
Bragança

A agricultura está subordinada à lei da conservação das massas, vulgo lei de Lavoisier. Em 1841, Justus von Liebig o fundador da moderna nutrição vegetal, generalizou-a à agricultura do seguinte modo¹⁵: “deve ser continuamente lembrado como um princípio geral do cultivo das terras aráveis, o que é retirado do solo a ele deve ser devolvido na exata medida”. Não surpreende, por isso, que a evolução e o desenho dos sistemas de agricultura orgânicos tradicionais tenham sido determinados pela contínua necessidade de reconstruir a fertilidade da terra dissipada pelas plantas agrícolas. Estabrook, por exemplo, em 1998, demonstrou experimentalmente que a transferência de fertilidade das pastagens pobres e pousios em direção às áreas cultivadas era uma das principais funções desempenhada pelos ovinos nos sistemas tradicionais de agricultura da Beira Alta. Gusmão, em 1964, já havia reconhecido a mesma função no Barroso. Os memorialistas da agricultura do início do século XX falam, inclusivamente, de uma vocação “copropoiética” do gado ovino. O uso de herbívoros domésticos na extração, transporte e deposição de nutrientes foi uma das soluções mais eficientes e duradouras na gestão da fertilidade da terra: provavelmente generalizada na Idade do Bronze, persistiu até à chegada dos adubos químicos de síntese, em pleno século XX.

A incompatibilidade do bosque com o uso pastoril e agrícola do território envolve um vasto conjunto de causas de índole ecológica. Em primeiro lugar, a flora herbácea dos bosques é menos produtiva do que a vegetação pratense subserial, das pastagens pobres e lameiros. É também menos palatável. Por exemplo, as plantas herbáceas dominantes nos bosques de carvalho da Terra Fria são rejeitadas pelos gados. As plantas agrícolas e as melhores plantas pratenses dos lameiros de regadio e secadal são estritamente heliófilas: a sombra conduz à sua substituição por espécies indesejáveis. Depois, é difícil, quando não impossível, conduzir rebanhos em ambiente florestal: os gados tresmalham-se com facilidade e os predadores espreitam. Finalmente, o solo agrícola é finito: onde há árvores não há espaço para as plantas agrícolas.

A estrutura e funcionamento do sistema de agricultura adiante pormenorizado (vd. ponto 1.4) implica que a capacidade de sustentação de indivíduos humanos na sociedade bragançana pré-industrial era máxima na ausência de floresta, com todo o espaço direta ou indiretamente empenhado na satisfação das necessidades alimentares humanas. Por conseguinte, sob uma dinâmica populacional malthusiana, comum a toda a Europa pré-industrial, a destruição da floresta era uma inevitabilidade. A paisagem desarborizada que caracterizava a Terra Fria Bragançana é o produto de uma história secular de *nutrient mining* (mineração de nutrientes), um conceito muito útil recém-introduzido na literatura de história da agricultura¹⁶.

Contudo, importa também não menosprezar, quanto às causas da desarborização da região de Bragança, o consumo de lenha devido às dezenas de fábricas de aguardentes instaladas em Trás-os-Montes a partir de 1760 (mais de 120 na primeira década do século XIX, em todo o Norte de Portugal), numa primeira fase pela Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, que dela necessitava para tratar os vinhos de exportação; e numa segunda fase, a partir de meados do século XIX, instaladas por particulares às dezenas por todo o Nordeste Trasmontano, nomeadamente no Concelho de Bragança, onde entre 1858-1880 surgiram, pelo menos, 17 fábricas de aguardente ou destilação de vinho – em anos de colheita média de vinho, por 1880, Bragança fornecia aos centros consumidores mais de 140 000 litros de aguardente –, e que contribuíram para um elevado consumo de lenhas, de tal modo que, uma vez esgotados os recursos locais, os seus proprietários mandaram vir a lenha de locais a mais de dez léguas, em carros de bois. A Companhia do Alto Douro, nas primeiras décadas do século XIX, teve de desativar algumas das suas fábricas de aguardente devido à escassez de lenhas. Em 1813, já José Bonifácio de Andrada propunha a utilização do carvão no Alto Douro, “onde há tanta falta de lenha”¹⁷.

Convém, ainda, lembrar que era igualmente à base de lenhas e, portanto, à custa da floresta que funcionavam os fornos de produção de cal existentes em muitos dos concelhos trasmontanos, nomeadamente, no que a Bragança diz respeito, os fornos de Cova de Lua, Rabal, Rebordãos e São Pedro.

O abate das árvores ligado à construção dos caminhos-de-ferro, assinalável noutras regiões do País, teve pouco significado, como é sabido, na região de Bragança.

A arborização do Concelho de Bragança (1910)

Majestoso panorama!

Montanhas soberbas, crescendo sucessivamente em altura, desdobrando-se em largas e caprichosas ondulações, tendo como fundo de quadro as serras de Montesinho e da Sanabria, cujos cimos parece topetarem com as nuvens!

Grandioso e imponentíssimo quadro!

Mas nem só pela feição estética, aliás importante – atenta a influência benéfica que sobre o carácter do homem deve exercer o aspeto da região em que vive –, a arborização se recomenda.

Sobrelevam a todas, as considerações de valor económico e de importância higiénica que o arvoredo representa.

As árvores, fixando e amparando a terra pelas raízes e fazendo infiltrar no solo parte das águas pluviais, atenuam os estragos das enxurradas, que, em encostas, de tão forte declive como as que contemplamos, abrem profundas ravinas nuns pontos, deixando em outros a rocha subjacente inteiramente a nu e absolutamente desvalorizada para qualquer cultura.

Bastaria isto para impor a necessidade de povoar os cimos e planaltos destas montanhas – aqui pelo castanheiro, acolá pelo sobreiro, além pelo carvalho, conforme as aptidões geológicas e exposição do solo; pelo freixo e pela nogueira nos vales; pelos choupos e amieiros nas bordas dos ribeiros e pela vegetação arbusteira e mato rasteiro nos pontos em que a terra, pela sua magreza, não tivesse capacidade para mais.

Não é ainda única a função do arvoredo evitar a devastação da terra pelas torrentes. São noções rudimentares, não ignoradas pelos rapazinhos que fazem exame de 2.º grau de instrução primária, as que ensinam que o arvoredo regulariza a humidade do solo e da atmosfera, modera a temperatura, melhora as condições climáticas e, pela função clorofiliana das folhas, organiza o ar ambiente, salubrizando-o. Acrescente-se o fornecimento de madeiras de construção e de combustível, facilitando o bem-estar e melhorando as condições de vida, e resultará um elenco muito sucinto e incompleto das vantagens económico-higiénicas da arborização.

É certo que, com a nudez arbórea que por este lado nos descontenta, contrasta singularmente o aspeto das montanhas a Oeste da Cidade, regularmente vestidas de arvoredo.

Desde o Castro, seguindo pela Castanheira, Formil, Gostei, Donai, etc., a arborização ostenta-se, ora em maciços, ora esparsa, mas enfeitando mais ou menos o terreno e embelezando a paisagem.

Talvez para explicar tão acentuada diferença no aspeto destas duas regiões, comparadas sob o ponto de vista da arborização, seja lícito aventar a hipótese – inteiramente gratuita é certo –, da influência ancestral dos frades do convento do Castro de Avelãs, que por ali estanciaram por bastante tempo. A minha fantasia compraz-se em visionar o frade por essas longínquas eras, aconselhando umas vezes, impondo outras, a plantação, e inoculando no espírito do lavrador o amor da árvore e a convicção da sua utilidade; o que, de geração em geração e hereditariamente, se transmitiria até à atual. Simples devaneio, talvez.

O certo é que por aquele lado a árvore não escasseia; mas mesmo por aí se notam largas manchas de ermo, que outrora foram matas cerradas de carvalho, hoje, mercê do machado destruidor, reduzidas a vegetação rasteira.

No planalto da Serra de Nogueira, onde me levaram obrigações profissionais, vi, há anos, um largo extenso trato de terra, em que o carvalhal pompeou luxuriante e denso, convertido em chão deserto, onde a custo se erguiam moitas de esguios exemplares de carvalho, que em breve, como os seus irmãos mais velhos, seriam decegados.

Lembra-me que o Nordeste, jornal desta Cidade, após a excursão escolar de estudo feita pelos alunos do Liceu de Bragança àquela serra, referiu com assombro e tristeza a existência de vastos espaços da montanha e condições semelhantes ao que vi e tão fundamente me impressionou. Desta descrição, ainda que descolorida, não ressaltará a necessidade de colocar estes largos pedaços de serra sob o regímen florestal, evitando, com tal providência, a depredação total de tamanha riqueza e promovendo, para futuro próximo, o ressurgimento de bosques, que constituirão abundância de benefícios para o Concelho e especialmente para as povoações adjacentes?

(Fonte – O Trasmontano, Suplemento da Ilustração Trasmontana, fevereiro de 1910)

1.3. UMA SURPREENDENTE EXCEÇÃO – A SERRA DE NOGUEIRA E O INTERFLÚVIO TUELA-SABOR

Num território profundamente desarborizado, como era a Terra Fria de Bragança no século XIX e inícios do século XX, a Serra de Nogueira e o território que dela se estende para norte destoavam pela persistência da árvore. Nos meados do século XVIII, um abade de Rebordãos, Caetano Pinto de Morais, mencionava que o clima da Serra de Nogueira “é frio, o que recompensa com o grande provento que tem de lenhas”¹⁸. Pereira, em 1910, é mais explícito quando refere: “É certo que, com a nudez arbórea que por este lado [Serra de Montesinho] nos descontenta, contrasta singularmente o aspeto das montanhas a oeste da Cidade [Bragança], regularmente vestidas de arvoredos. Desde o Castro [de Avelãs], seguindo pela Castanheira, Formil, Gostei, Donai, etc. a arborização ostenta-se, ora em maciços, ora esparsa, mas enfeitando mais ou menos o terreno e embelezando a paisagem”.

Também o Abade de Baçal se espantou com a extensão das florestas na Serra de Nogueira e no interflúvio Tuela-Sabor: “Numa larga faixa de terrenos de mais de vinte quilómetros de comprimento e passante de cinco de largura, que, do ponto central de Castro de Avelãs, onde existiu o famoso mosteiro beneditino, se estende às povoações de Oleirinhos, Meixedo, Carragosa, Rio Frio de Carragosa, Espinhosela, Terroso, Vilarinho de Cova de Lua, Gondesende, Oleiros, Portela, Lagomar, Sabariz, Donai, Vila Nova, Castrelos, Alimonde, Conlelas, Carrazedo, Grandais, Castro de Avelãs, Gostei, Castanheira, Formil, Fontes Barrosas, Nogueira, Rebordãos, Sarzeda, Mós, Sortes, Lanção, Viduedo, Santa Comba de Rossas, Arufe, Rebordainhos e Pinela, deixou o frade essa famosa mata de castanheiros bravos e enxertos que ainda hoje faz a riqueza da terra, a par de outras de carvalhos, também valiosas”.



Mosteiro de Castro de Avelãs, Bragança



Vista geral da Serra de Nogueira

O casal de briólogos franceses, Pierre e Valentine Allorge, em 1949, numa excursão botânica à Serra de Nogueira realizada em 1931, reparou, todavia, que apesar de não rarearem, “as árvores eram intensamente exploradas para madeira de construção, para o aquecimento e para as camas dos animais”, e rapava-se a folhada dos carvalhais para fertilizar as hortas. “A rebentação [de raiz] das árvores era intensa... e os troncos raramente mediam mais de 2,5 m de altura e 20 cm de perímetro”.

Já Pereira, em 1910, havia contraposto: “É certo que por aquele lado [Serra de Nogueira] a árvore não escasseia; mas mesmo por aí se notam largas manchas de ermo, que outrora foram matas cerradas de carvalho, hoje, mercê do machado destruidor, reduzidas a vegetação rasteira”. Embora intensamente explorado, não como bosque, mas reduzido à fisionomia de arbusto, o carvalho resistia, como refere Taborda de Morais, em 1932: “Os maquis [vegetação arbustiva alta] de carvalhos cobrem o flanco oeste da Serra de Nogueira até 1200 m”¹⁹.

O Abade de Baçal arriscou uma explicação para a singularidade do coberto vegetal da Serra de Nogueira e áreas circunjacentes: “Verdadeiramente, não temos elementos para mostrar, embora existam muitos, que todas estas matas são obra de frade; no entanto é mui provável conjuntura”. Pereira havia defendido a mesma hipótese. Todavia, não é de modo algum expectável que num território étnica e culturalmente homogêneo como Trás-os-Montes possam ter emergido sistemas de agricultura tão díspares, de modo que uns conduzissem à eliminação da floresta e outros, numa serra vizinha da capital de Distrito, tenham mantido uma paisagem seminatural, onde a toija arbustiva de carvalhos – as carvalheiras –, e os campos agrícolas e lameiros orlados de árvores constituíam os elementos matriciais da paisagem²⁰.

No Concelho de Bragança é por demais evidente que os solos derivados das rochas básicas, dominantes na Serra de Nogueira e no planalto que se estende desta serra, *grosso modo*, até à estrada nacional 308, entre Vila Nova



e Mofreita, têm um efeito marcado na paisagem e nos sistemas de agricultura atuais. Se comparados com os solos derivados de outros substratos litológicos (granitos ou xistos), em idênticas condições geomorfológicas e climáticas, os solos de rochas básicas são muito mais profundos e férteis. Nos solos derivados de rochas básicas, a perturbação pelo fogo, corte e pastorícia liderada pelo homem é insuficiente para provocar a substituição do carvalhal pelos mosaicos de urzal e prado que colonizam os relevos convexos da Terra Fria Bragançana ácida. Conquanto a estrutura característica da floresta se extinga, em seu lugar persistem formações secundarizadas baixas de carvalhos (carvalheiras) e gramíneas passíveis de pastoreio. Em resumo, a litologia explica, em simultâneo, a resiliência dos carvalhos na Serra de Nogueira e a sua eliminação nas elevações xistosas e graníticas. O frade admirado pelo Abade de Baçal conhecia a terra, selecionava-a com critério, mas a capacidade de modificar em seu favor as condições agro-ecológicas do território estava inexoravelmente restringida por fatores ambientais e tecnológicos.



Campos de centeio no Concelho de Bragança

1.4. ESTRUTURA DA PAISAGEM AGRÁRIA E DOS SISTEMAS DE AGRICULTURA DE BRAGANÇA NO FINAL DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO SÉCULO XX

Salvas as devidas exceções, as montanhas portuguesas são constituídas por fragmentos de uma peneplanície primitiva erguida no Pleistocénico, dissecada por rios encaixados em vales mais ou menos profundos. Esta condição fisiográfica promoveu a diferenciação de dois espaços de distinto uso agrário, desde sempre definidores da paisagem agrária de montanha. O 'monte', o mais exterior destes espaços, é constituído pelas cabeceiras das linhas de água, por superfícies convexas e pelos afloramentos rochosos. A maior parte do monte é baldio, e os seus solos são os mais delgados, lixiviados, erodidos, distantes e acidentados do termo. Na Terra Fria bragançana, era o habitat de alguma carvalheira, sardão ou carrasco²¹, e dos mosaicos de matos pirófilos, isto é, adaptados ao fogo, de urzes (os urzais) com pastagens pobres dominadas por gramíneas herbáceas vivazes, próprias de solos ácidos, oligotróficos pobres em fósforo.

Nos sistemas de agricultura pré-industriais, o monte estava, maioritariamente, submetido a um regime de pastoreio extensivo: "os cumes das serras, as partes mais pobres, onde a rocha aflora, lá onde o terreno pedregoso e a pobre vegetação rasteira são os domínios da cabra e dos pobres ... toda a imensidão de incultos que dá uma erva grosseira e pouco abundante. Aí, tem o gado miúdo o seu pascigo permanente"²². As plantas lenhosas que resistiam eram cortadas ou arrancadas para lenha ou, eventualmente, sujeitas a fogos de pequena extensão e severidade. A agricultura cerealífera em terras de monte era, por enquanto, residual.

O segundo espaço, formado pelos vales, coluviões de meia encosta e depressões planálticas, fruto da sua posição fisiográfica, acumulava a água, nutrientes e sedimentos finos exportados do monte. Neste espaço coexistiam três tipos de uso agrícola. Na vizinhança das casas situavam-se a horta e outros usos intensivos da terra. Seguia-se a terra de cereal, regionalmente designada por terra de faceira, de campo ou de pão, aqui e ali interrompida por algum souto de castanho. Os prados higrófilos meso-eutróficos – os lameiros – intercetavam múltiplos tipos de uso da terra. Os termos das aldeias seguiam todos o mesmo modelo de uso do território e de paisagem: uma ilha de fertilidade, contraída em trono da aldeia, povoada e cultivada, envolvida por uma imensidão de terra maninha²³.

Até meados do século XX, o sistema de agricultura da Terra Fria nordestina enquadra-se no que Mazoyer & Roudart designam por agricultura do pousio, tração animal e arado. Tirando a entrada de algumas plantas cultivadas



Baixa Lombada.
Campos cerealíferos



Lameiro em Rio de Onor

(batata, feijão e as abóboras, importadas das Américas) e a substituição de outras (trigos²⁴ vestidos pelo centeio), as características básicas deste sistema de agricultura estavam estabelecidas, como refere Grigg, nos primeiros anos da era cristã na região Mediterrânica. Repetiam-se os três espaços fundamentais dos sistemas clássicos de agricultura mediterrânica: o *saltus* (monte mais lameiros), o *ager* (faceira) e a já muito escassa *silva* (floresta). A área do *hortus* (horta) era exígua face à dimensão dos termos, embora fosse indispensável na produção de alimentos e na ciclagem de nutrientes. Na Terra Fria bragançana, a moderação climática aportada pela altitude limita o cultivo da vinha e da oliveira aos terrenos mais soalheiros. Em contrapartida ganham importância o castanheiro e os lameiros e, com estes últimos, os bovinos. O sistema centrava-se na cultura dos cereais, embora, como se referiu, a maior parte do espaço estivesse sujeito a uso pastoril. A instrumentação agrícola era reduzida e simples, sem adições à descrita para a agricultura romana por Marcone²⁵.

O centeio de inverno era a grande cultura frumentária na região de Bragança no início do século XX. Mogo, em 1932, calcula que em 1920 o consumo médio por habitante no Distrito de Bragança de cereal rondava os 177 kg/ano e que a produção média anual (24 000 t) não chegava para cobrir as necessidades regionais (25 630 t) – no período em apreço, estima-se que o pão representava 80 a 90% das calorias ingeridas pelas classes trabalhadoras rurais portuguesas²⁶. Se cultivado de primavera, quando os outonos eram demasiado chuvosos para semear o centeio, este levava o epíteto de seródio.

O trigo de inverno, e ainda menos o trigo seródio ou tremez – hoje quase extinto, cultivado por um punhado de agricultores para o fabrico de farinhas para folar e pães especiais de consumo local –, tinham pouco relevo: “O consumo de trigo em toda a região é muito pequeno; pode dizer-se que só em dias de festa ele aparece na mesa dos lavradores, pelo que se pode chamar ‘o pão das festas’”, escreveu Lourenço, em 1932.

O centeio de inverno ocupava dois tipos de terras: as ‘terras de monte’ e, sobretudo, as faceiras. As ‘terras de monte’, como se depreende do termo, localizadas para lá das faceiras, no monte, estavam entregues a longos pousios revestidos a matos. O pousio prolongava-se por seis, oito, dez anos, segundo Barroso, com uma média de oito anos



Festa de São Gonçalo em Outeiro, onde a importância do pão está ainda bem patenteada

para Mogo. As terras de monte destinadas ao centeio eram roçadas manualmente no ano anterior à sementeira. Chegado o verão, procedia-se à queima dos resíduos. A sementeira era feita no solo cru e as sementes enterradas com arado ou à enxada. Por vezes, o mato era arrancado a arado. Nas 'roçadas' ou 'cavadas' – assim se designava este método de cultivo²⁷ – a fertilização da terra cingia-se às cinzas e aos nutrientes disponibilizados pela oxidação da matéria orgânica do solo acumulada durante o pousio ou, nas terras virgens, herdada da pastagem pobre. No período em análise, em que a expansão do cereal monte adentro se estava a iniciar, e ainda não eram usados adubos, a produção média do centeio nas terras marginais rondava as quatro ou cinco sementes²⁸.

As terras de faceira estavam, geralmente, submetidas a uma rotação bienal. Para o efeito, as povoações dispunham do "termo ou ares, que lhes corresponde, dividido em apenas duas folhas, que se estendem em sentidos postos, quase sempre divididos pela aldeia e que cultivam alternadamente". Embora os agrónomos e geógrafos regionais insistam na dominância da rotação bienal centeio-pousio, o cereal podia rodar com batata: estão descritas rotações trienais, envolvendo dois anos de cereal (centeio-centeio ou centeio-trigo seródio) com um ano de pousio alqueivado ou batata²⁹. Havia também terras de qualidade intermédia entre as faceiras e a terra de monte, submetidas durante seis anos a centeio-pousio, sucedido por um descanso de três a cinco anos. A preparação da terra seguia as regras da agricultura clássica grega e romana: duas a três mobilizações, a primeira, a decrua, no final do inverno, a vima na primavera, complementadas, se necessário, por uma lavoura de preparação da sementeira³⁰.

A batata entrou na região no século XVIII e difundiu-se no século XIX. Esta solanácea desempenhava um importante papel na alimentação humana na Terra Fria, sem, de modo algum, atingir a importância do centeio. Cultivava-se em terras de razoável fertilidade, sempre estrumadas, em rotação com cereais ou após a arroteia dos lameiros. A batata também saía da horta, à semelhança da couve, do feijão, da abóbora e de muitas outras culturas para abastecimento da casa ou da pocilga. O nabo era semeado nas hortas, em terrenos suscetíveis de serem regados depois do arranque da batata e, menos, sobre restolhos de cereal. As terras ditas de nabal eram exclusivamente dedicadas a esta cultura.

Agricultura e terrenos incultos no Distrito de Bragança (1908)

A respeito do Distrito de Bragança, importa porém entender-nos a respeito de terrenos cultivados e incultos.

Genericamente, há a considerar a cultura agrícola e a cultura silvícola.

Neste Distrito, se há a cultura agrícola extensiva, falta a cultura florestal, o que é uma grande calamidade, ou a principal calamidade desta região.

Depois da crise filoxérica, e principalmente depois das leis dos cereais, todos esses matos de estevas, giestas, arção, etc., que por aí se veem pelas ladeiras do nosso Distrito, andam em cultura cerealífera, com pousio morto, de três a oito anos, segundo a maior ou menor fertilidade das encostas e a menor ou maior escassez de estrumes.

No ano do pousio alqueivado é a terra decruada, o mato logo semi-arrancado pelo arado e pelado à mão, sendo queimado, depois de seco, na própria terra, que leva ainda a entravessa e a lavoura de sementeira, e nada mais.

Em regra, no terceiro ano, torna a terra a andar em pousio alqueivado, para produzir cereais no quarto ano, sendo depois abandonada ao pousio morto.

É pois a este pousio morto que se tem chamado terreno inculto?

Se estas ladeiras não andam todos os anos em cultura, é porque são de terra seca e magra e só podem produzir trigo, centeio, pardas (garroba) e, pelos regatos, algum painço, de anos a anos, enquanto existe alguma matéria orgânica, resultante da vegetação espontânea e dos restolhos.

Quando são estrumados a gado lanígero ou caprino, alterna então o ano de colheita com o de pousio alqueivado e estrumado, cessando o pousio morto.

Se os anos correm favoráveis, ainda se tiram, de centeio, seis a sete sementes, ou sete, oito a nove de trigo; mas quando, como este ano, essas ladeiras dão apenas duas a três sementes de centeio, ou quatro a cinco de trigo, sobrecarregadas de mais a mais com o preço dos superfosfatos, como há de prosperar a lavoura, como podem ser desfogadas as condições do trabalhador, a quem contudo se não falta com o salário?

A nosso ver, os tais supostos dois terços de terra inculta, que têm sido reputados como um grande mal para a região trasmontana, deveriam até ser considerados benéficos, se porventura existissem, porque se aproveitariam os sobreiros, os zambujeiros, os matos rasteiros que brotam pelas fragas da terra quente e andariam assim arborizadas as ladeiras, trazendo chuvas a esta região seca e ardente e regularizando-se os cursos de água, que poderiam ser melhor utilizados para regas.

Já então estes vales estreitos poderiam ser explorados em cultura intensiva e dar produtos remunerados, e até as encostas se desentranhariam em magníficos lameiros, arroteando os atuais para batatas, beterraba, milho, feijões, couves, etc.

Mas, enquanto não houver leis que obriguem a deixar incultos os tais dois terços de terra trasmontana e a guardá-los rigorosamente do vandalismo indígena e dessa aluvião de cabras que, nos últimos anos, invadiu a terra quente, não pode haver prosperidade nesta agricultura.

Tal prosperidade só pode vir pela cultura intensiva das boas terras regadas, pela arborização das encostas, por sábias leis, que se cumpram a valer, sobre regime de propriedade, pastoreação de gados, pela morigeração dos costumes, pelo amor ao trabalho e por uma judiciosa economia.

Quanto a dinheiro barato nas condições em que tudo isto se encontra, deveria ser primeiro que tudo aplicado ao aproveitamento e derivação das águas dos rios, ribeiros e nascentes, à drenagem dos lameiros e ainda à aquisição de adubos químicos, porque uma agricultura sem água comeria todo esse dinheiro e muito mais, entregando depois as chavasqueiras aos credores, para que as cultivassem.

Cubram-se de vegetação essas encostas hoje desnudadas, as hortas, esses pequenos oásis, esses jardins dos nossos lavradores, não produzem elas feijões, abóboras, cebolas, tomates, pimentos, couve vila, couve troncha, couve-flor, repolhos, melões, melancias, pepinos, linho, batatas e depois no inverno, nabijas, cevada, etc.?

E não há exemplos de 30 sementes de trigo nestas boas terras?

Não é vulgar dizer-se que uma horta equivale a uma arca de pão?

Pois bem: as arcas de pão podem aumentar muito em Trás-os-Montes, porque ainda há muita terra para ser regada e muita que não deve ser agricultada, mas entregue ao regime florestal, porque de outra forma arruína o lavrador.

Até me parece que não pode haver duas opiniões em contrário, sobre o destino das terras trasmontanas.

Mirandela, maio de 1908.

João Inácio T. de Menezes Pimentel (agrônomo).

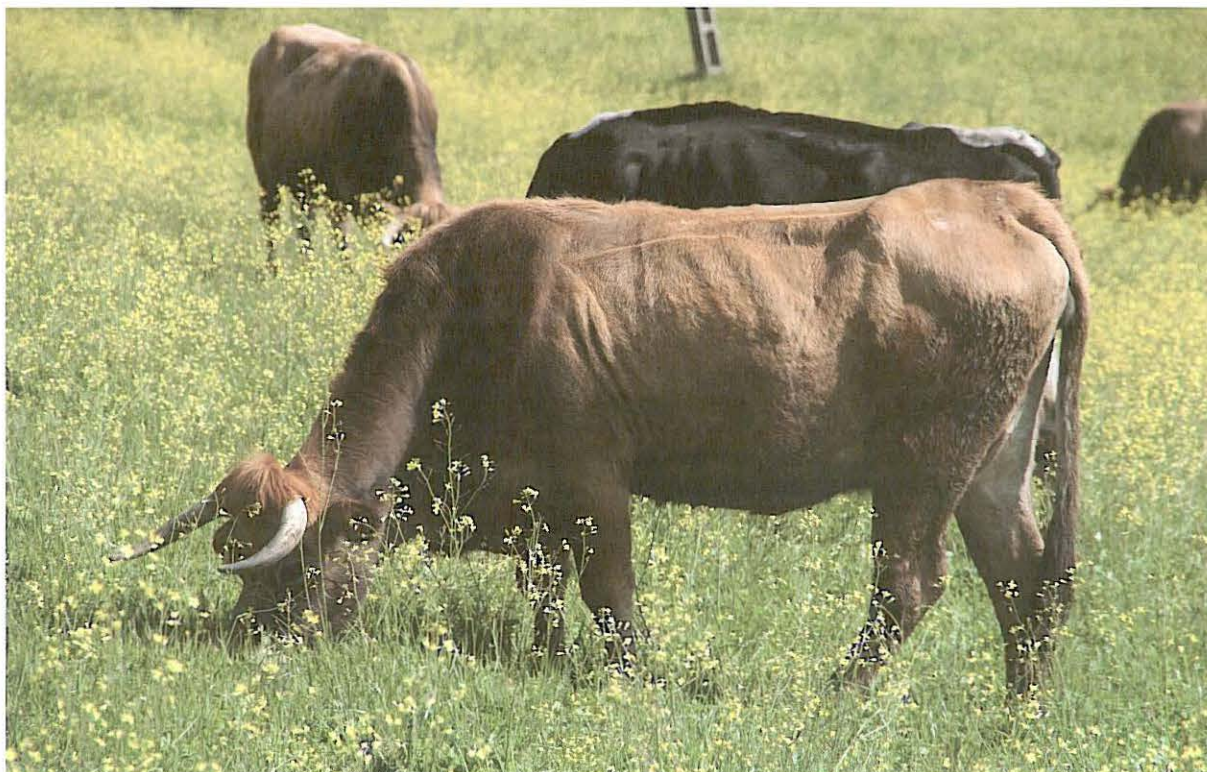
(Fonte – Suplemento ao n.º 5 da *Ilustração Trasmontana*, abril de 1908. Porto: Francisco Coimbra & C.ª, pp. III e IV)



Apanha dos fenos no
Concelho de Bragança

Os lameiros eram explorados para pasto e feno. O fecho ao pastoreio ocorria entre o final de março e os meados de abril, sendo os fenos realizados no final de junho (depois do São Pedro), início de julho. Para restabelecer um lameiro após arroteia havia que rapar e semear “o resíduo que fica no fundo dos palheiros ou arrecadações de feno”. Um lameiro bem cuidado, além da fenação anual, envolvia o arranque manual de infestantes, a limpeza das agueiras e o arranjo de muros e represas de água. No verão ripavam-se as folhas do freixo e do negrilho que orlavam os lameiros para alimentar porcos e crias. Ciclicamente, eram podados em cabeça de salgueiro (talhadia alta) para extrair lenhas: “o terreno mais fértil fica para lameiro – mais fértil pela fundura, pela abundância de água, e variedade de composição”; “esta grande superfície de prados, ocupando uma grande maioria dos melhores terrenos obsta o aparecimento da cultura intensiva”; “os lameiros encontram-se por toda a parte, ora nas encostas, ora nas planícies e em todo o local onde a terra é regada e mais húmida”; “o lavrador desta região tem abusado do lameiro, sacrificando-lhe as outras culturas”. Tão grande extensão e importância dos lameiros justifica-se pela procura externa de bovinos, relevante no período em estudo, e pelo simples facto de que “sem prados não pode haver gados e sem gados não pode haver carne, o trabalho e os estrumes que eles fornecem”³¹.

O gado bovino tinha por principal vocação a produção de trabalho. Os seus estrumes acumulavam-se nas cortes para posterior uso. Os bovinos excedentários eram a principal fonte do rendimento das famílias camponesas porque, como referia Coutinho, em 1877, “é esta das poucas indústrias que pode ir buscar mercado externo [...], porque caminha por si mesma”. Explorados num regime de semi-estabulação, os bovinos pastavam nos lameiros e, se necessário, no monte. O feno dos lameiros, “junto com as palhas dos cereais”, era a “principal base da alimentação do gado grosso no Distrito”. Complementavam o feno, o pasto, as ferrãs, folhas de freixo e olmo, e as palhas, muitas vezes acompanhadas do nabo. Os caprinos e ovinos sobreviviam em regime de manadio, pastoreando monte e restolhos, descendo aos lameiros na época da criação. Além de estrumes, produziam carne, e da lã de ovelha manufaturava-se o burel. Somavam-se às três espécies zootécnicas citadas as aves de capoeira, o porco e os gados asininos, muar e, pontualmente, o cavalari. Criados na proximidade da casa, o porco e as galinhas reciclavam os restos das refeições e os resíduos da horta. Com a castanha, hoje tão valorizada para consumo humano, cevava-se o porco. Nas primeiras décadas do século XX, estava já em desuso o pastoreio (vezeiras) de suínos. O cavalo era um símbolo do agricultor abastado³².



Gado em pastagens
bragançanas

Como se referiu anteriormente, e vale a pena insistir mais uma vez, a reposição da fertilidade da terra cultivada na agricultura pré-industrial da região bragançana baseava-se na integração do pousio com a aplicação de estrumes animais de origem local. Ciente das teorizações de von Liebig, refere Coutinho, em 1877: as terras “recebem apenas os adubos obtidos na localidade... isto é, não se traz para o terreno elemento nenhum que de lá não saísse”. Os agrónomos são unânimes a respeito da forma descuidada como era gerido o esterco animal. As descrições disponíveis mostram que a reposição da fertilidade da terra era ainda mais simples e ineficiente do que a descrita pelos agrónomos latinos clássicos. Ainda assim, para melhorar o aproveitamento dos estrumes, revestiam-se os caminhos com palhas e matos para que se empapassem com os excrementos animais, e desviavam-se as águas das veredas mais percorridas pelos gados, em direção às hortas e lameiros³³.

Pese embora o acentuado declínio dos bosques climácicos na Terra Fria Bragançana, a escassez do lenho arbóreo era, em parte, compensada pelo carvão de urze. Coutinho, em 1888, por exemplo, refere que os carvoeiros, normalmente pequenos proprietários ou gente sem terra, fabricavam carvão das toijas das urzes, principalmente da urze-branca. Esta prática prolongou-se até à década de 1970 em muitas aldeias de montanha com áreas abundantes de urzais mesófilos. Noutras áreas do território trasmontano, a rutura do abastecimento de combustível lenhoso era manifesta. Mariz, em 1889, estudando a aldeia de Rio Frio, referia que os estevais eram um “fraco e quase exclusivo combustível que possuem aqueles povos”³⁴.

Quando comparadas com as urzes, as estevas têm o enorme inconveniente de, sob a ação reiterada do fogo, não produzirem uma toija espessa, um xilopódio, na gíria botânica; as queimadas matam e reduzem a cinzas as estevas; a reconstrução dos estevais faz-se por semente. Coutinho, em 1888, assinala, estupefacto, a utilização de esterco bovino como combustível em Sendim, no Concelho de Miranda do Douro e em algumas aldeias do Concelho de Moncorvo. Sendo o conhecimento da importância dos estrumes na regeneração da fertilidade da terra parte integrante do saber agrícola tradicional de Trás-os-Montes, o uso de esterco seco na produção de calor é um sinal da intensa escassez energética experimentada na região em finais do século XIX, início do século XX, em algumas áreas do Nordeste Trasmontano. O uso de esterco para aquele fim traduz uma rutura nos sistemas de reposição da fertilidade da terra e um sério entrave à sustentabilidade dos sistemas de agricultura³⁵.

1.5. EVOLUÇÃO DA PAISAGEM RURAL DE BRAGANÇA ENTRE A CRISE DE 1929 E OS FLUXOS MIGRATÓRIOS DA DÉCADA DE 1960

De acordo com Águedo de Oliveira, em 1949, a expansão do cereal para o monte na Terra Fria trasmontana iniciou-se, ou foi retomada, em 1905. Nas duas primeiras décadas do século XX ocorreu uma breve interrupção da forte dinâmica demográfica que sucedeu às Invasões Francesas e guerras civis da primeira metade do século XIX. Em simultâneo, verificou-se uma estabilização da área cultivada, da terra cultivada por trabalhador agrícola e do produto agrícola. Aparentemente, a expansão da área dedicada ao cultivo dos cereais só ganha visibilidade no final da década de 1920. Refere Lourenço, em 1932, que “têm sido desfeitos até alguns montes onde os nascidos nunca tinham visto semear centeio”. A escalada, monte acima, do centeio, foi forçada por uma conjugação peculiar de fatores sociais e políticos, onde se destacam um novo folgo demográfico, em grande parte devido a um forte retrocesso da emigração com a crise de 1929, o aumento da procura interna de produtos agrícolas, as políticas protecionistas do setor dos cereais (Campanha do Trigo, de Linhares de Lima, de 1928 e 1938, na senda da Lei da Fome de Elvino de Brito, de 1899) e um atraso da adoção de fertilizantes químicos³⁶.

Águedo de Oliveira descreve com agudeza a dinâmica do cereal nas décadas de 1930 e 1940: “a idade do oiro passou depressa! As terras vagas acabaram de vez”. “Semeia-se tudo quanto é possível. Mais não se semeia porque não há onde”. “Em 1933 já não sobra nada”. “As adubações [com adubos fosfatados] já não dão portanto como davam e os números de sementes da idade de oiro reduzem-se agora para metade. As terras parecem cansadas”. E Teixeira, em 1948, remata: “A sucessão ininterrupta das culturas nos mesmos solos, só possível no momento da ocupação da terra virgem, desapareceu completamente, e hoje os pousios mais ou menos longos estão muito generalizados”.

O alargamento do cereal às terras de monte teve um pesado custo: “As trovoadas, as chuvas prolongadas vão, para mais, arrastando a terra boida, desnudando os ossos, a rocha viva descarnada ao sol ou a terra rasgada e regueirada a toda a altura”. A arroteia de terras virgens para o cultivo do cereal oxidou a matéria orgânica do solo, e o exíguo *stock* de nutrientes conservados nas terras monte colapsou. Com o alargamento da área cultivada, extinguiram-se as réstias de bosque sobreviventes a milhares de anos de uso agrícola da paisagem. O Abade de Baçal interpretou admiravelmente o sucedido: “Nos sítios chamados Couto e Coutada de Avelada, Cova de Lua, Donai, França, Laviados, Lagomar, Rio de Onor, Sacoias, Soutelo da Gamoeda, Vale de Lamas e Varge há restos de belíssimas matas de carvalhos e sardões entremeados de pascigueiros, que o povo ignaro vai destruindo a ferro e fogo, sem ver que o cereal produzido no arroteamento brevemente estancará, arrastando rápida e absoluta esterilidade... os mesmo restos e consequências esterilizantes se encontram nos termos de Babe, Palácios, S. Julião, Baçal, Carvas (Bragança), Rabal, Rica Fé (Bragança) e Vilar do Monte”³⁷.

Vinte anos de cultivo de cereais em terras marginais de monte, sob um sistema de *nutrient mining* francamente mais agressivo do que a tradicional pastorícia de percurso, desestabilizaram, irremediavelmente, um sistema de agricultura inventado e fixado na longínqua Idade do Bronze. A capacidade de sustentação de populações humanas pelo sistema de agricultura tradicional estava a decair; mais do que nunca, urgia resolver o sempre eterno problema da reposição da fertilidade da terra. E a paisagem desoladora das montanhas trasmontanas denotada pelo conde de Hoffmarsegg persistia, como refere Teixeira em 1948, a propósito da Terra Fria Bragançana “O panorama silvícola da região desenrola-se num quadro triste e desolante: a desarborização é intensa e, dum modo geral, quase não existe povoamento ou maciço de árvores de alguma importância”.

Primeiro chegou o adubo químico, e só depois o trator com motor de combustão interna e respetivos implementos. Concentremo-nos no primeiro. A importação de fertilizantes em Portugal inaugurou-se com o nitrato do Chile, em 1882³⁸. Meio século depois, a utilização de fertilizantes químicos no Nordeste Trasmontano resumia-se à aplicação de superfosfato a 12%. Em 1931, foram consumidas na região 2 000 toneladas de superfosfato. Se aplicados a uma dose de 300 kg por hectare, apenas 2% da superfície agrícola regional seria fertilizada com adubos químicos. A aplicação do fósforo restringia-se às terras de monte; as terras mais produtivas, de faceira, continuavam a ser fertilizadas em exclusivo com estrumes, que forneciam os três nutrientes essenciais da produtividade agrícola: azoto, fósforo e potássio, para além de uma completa panóplia de macronutrientes secundários e micronutrientes.



Campo de trigo *barbela*,
no Distrito de Bragança

"Cultivar centeio nas terras das faceiras que, no dizer deles, sem estrume e ainda que adubadas com abono (assim se chama ao superfosfato em muitos sítios da Terra Fria), já não querem dar pão", diz Barroso, em 1923. Esta nota, e o facto das terras de monte responderem com exuberância ao fósforo – calculava-se "um aumento de cerca de 50% com o seu emprego", segundo Lourenço, em 1932 –, são uma evidência indireta da concentração deste nutriente vegetal, por natureza pouco móvel, nas faceiras, em detrimento das terras de monte, causada por milénios de *nutrient mining* governado pelos herbívoros domésticos.

Depois da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), progressivamente, o azoto mineral sintetizado a partir do azoto atmosférico pelo sistema Haber-Bosch recuperou as "terras cansadas" referidas por Águedo de Oliveira, em 1949, e encurtou "os pousios mais ou menos longos... muito generalizados" destacados por Teixeira em 1948. A intensiva rotação bienal cereal-pousio empregada nas faceiras, bem perto dos povoados, no final do século XIX e início do século XX, ainda sob um modelo orgânico de agricultura, migrou para solos distantes dos povoados, que embora dotados de algum potencial produtivo eram, outrora, impossíveis de manter em condições produtivas por longos períodos de tempo. E o trigo regional, o 'Barbela', ganhou importância frente ao frugal centeio. Aos adubos químicos se devem as filas intermináveis de tratores com reboque que, ainda no início dos anos de 1990, serpenteavam em frente ao Hospital Distrital de Bragança, enquanto aguardavam a receção do grão nos silos da EPAC – Empresa Pública de Abastecimento de Cereais³⁹.

A transição do sistema tradicional orgânico de agricultura para o atual sistema industrial agrícola esteve indelevelmente ligada à arborização dos baldios. O adubo químico esvaziou a função coletora de nutrientes das pastagens pobres do monte baldio, permitindo, assim, a entrada do Estado, mediada pelos serviços florestais, na sua gestão. A incessante solicitação para a rearborização do território trasmontano foi, por fim, tecnicamente possível e atendida na primeira metade do século XX, com o Plano de Povoamento Florestal (1938-1968), secundado pelo Projeto Florestal Português/Banco Mundial (1981-1986) e pelo Programa de Ação Florestal (1986-1995). Estes programas promoveram a arborização de extensas áreas de monte baldias com recurso a espécies florestais predominantemente resinosas (pinheiros bravo, silvestre e larício), sensíveis aos fogos, na área de estudo com maior expressão na Alta Lombada, na Serra de Montesinho e na Serra da Coroa⁴⁰.



Serra de Montesinho

1.6. EVOLUÇÃO RECENTE DA PAISAGEM RURAL DA TERRA BRAGANÇANA – O RETORNO DA PAISAGEM SEMINATURAL

Não cabe aqui resumir a crescente bibliografia em torno das transformações da paisagem e da agricultura nas últimas quatro décadas, na Terra Fria Bragançana. Ainda assim, esta dinâmica pode ser reduzida a poucas linhas. Um processo milenar de expansão da agricultura em detrimento da vegetação natural inverteu-se. Um novo conceito entrou de chofre no léxico agronómico: o abandono agrícola. As terras mais marginais cooptadas na *época de ouro* pela cerealicultura foram as primeiras a caírem no abandono, ainda nas décadas de 1950-1960. A emigração, o apelo do modelo urbano-industrial de sociedade e, mais recentemente, a queda dos preços dos produtos agrícolas sequestrada à adesão à Comunidade Europeia aceleraram o retrocesso da área cultivada.

Os montes revestidos de trigo e centeio esvaíram-se da memória coletiva; poucos se recordam ainda do que é estrumar a “rabo de ovelha”. A agricultura contraiu-se em torno dos povoados, de onde havia migrado na segunda década do século XX. Os lameiros perderam a importância de outros tempos; os mais distantes cobriram-se de mato. O castanheiro e outras folhosas ocuparam muitas das antigas terras de cereal forçados por programas comunitários, pela súbita valorização dos seus produtos ou porque, simplesmente, dão menos trabalho e permitem conciliar o trabalho na urbe com uma atividade agrícola de fim-se-semana. As arborizações com resinosas, intensamente sacrificadas pelo fogo, foram recolonizadas pela vegetação indígena. Mesmo sob um regime de fogos severos de ciclo curto, o bosque climácico de carvalho-negral ou azinheira expande-se lentamente. Espécies raras ou extintas num passado recente recolonizaram o território (veado, javali e esquilo).

A paisagem rural evolui rapidamente em direção a um modelo seminatural, talvez economicamente eficiente, e talvez mais favorável do ponto de vista ambiental...